



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

## **Relatório de Atividades da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública biênio 2015/2017**

A Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública - CSP é destinada aos estudos e trabalhos voltados à busca por soluções para os graves problemas do sistema prisional brasileiro e à fiscalização das condições de encarceramento de presos. A comissão tem por atribuições, ainda, promover estudos e ações destinadas ao regular desempenho e ao aperfeiçoamento das funções institucionais para o Controle Externo da Atividade Policial e para a Segurança Pública.

A CSP trabalha, atualmente, com o gerenciamento de três sistemas: *i.* Sistema de Registro de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial, alimentado pelos ramos do Ministério Público dando concretude ao objetivo específico nº 7 do projeto “*O Ministério Público no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial*” e Resolução CNMP nº 129/2015; *ii.* Sistema de Resoluções no que concerne ao monitoramento do cumprimento das inspeções determinadas pela Resolução CNMP nº 20/2007 às Delegacias de Polícia Civil, Institutos de Perícia Criminal Estaduais, Institutos de Medicina Legal Estaduais, Estabelecimentos Militares Estaduais, Delegacias de Polícia Federal, Delegacias de Polícia Rodoviária Federal, Superintendências da Polícia Rodoviária Federal e Institutos de Perícia Criminal e Medicina Legal Federais, realizando cadastros de acesso e de estabelecimentos e sanando as dúvidas dos membros do Ministério Público de todo país; *iii.* Sistema de Inspeção Prisional do Ministério Público – SIP/MP no que concerne ao monitoramento do cumprimento das inspeções determinadas pela Resolução CNMP nº 56/2010 a todos os estabelecimentos prisionais do país, bem como realizando cadastros de acesso e de estabelecimentos e sanando dúvidas dos membros do Ministério Público de todo país.

Os dados oriundos desses sistemas são divulgados por meio de relatórios e publicações, todos disponíveis na página desta Comissão, no sítio do CNMP.

Com o objetivo de aperfeiçoar a atuação dos membros do *parquet* brasileiro, realizamos, anualmente, eventos como o Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional e o Encontro Nacional do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial,

que proporcionam proficuas discussões e trocas de experiências, além de resultar em proposições que ajudam a direcionar os trabalhos da comissão.

Recebemos, ainda, pleitos e denúncias apresentadas pelas mais variadas entidades e cidadãos, que geram os Procedimentos Internos de Comissão - PIC, onde são apuradas as informações e dados encaminhamentos pertinentes. Os PIC's servem ainda para subsidiar a realização de estudos que podem resultar em adoção de providências para o aperfeiçoamento das atividades correlatas, gerando propostas de resoluções, recomendações ou notas técnicas relacionadas à respectiva área de atuação, apresentadas ao plenário deste Conselho Nacional.

Dentre as principais realizações no ano de **2015**, encontram-se:

- Criação de Grupo de Trabalho para readequação do formulário de inspeção nas unidades prisionais, previsto no art. 2º, § 1º, da Resolução nº 56/2010.
- Apresentação da proposta de alteração da Resolução CNMP nº 56, de 22 de junho de 2010;
- Elaboração e implementação dos novos formulários de inspeção às unidades prisionais, com periodicidade trimestral e anual, nos termos da nova redação da Resolução CNMP nº 56/2010.
- Realização de cinco Reuniões da Estratégia Nacional do Sistema Humanizado – ENASEP.
- Lançamento, pela Estratégia Nacional do Sistema Humanizado de Execução Penal – ENASEP, em 10 de junho de 2015, do Projeto “Identidade Cidadã no Sistema Prisional”, que tem por objetivo fornecer documentação civil básica a todas as pessoas privadas de liberdade no Brasil, como forma de garantir o mínimo de cidadania e de facilitar a reintegração desta parcela da população à vida em sociedade.
- Implementação do Projeto “Identidade Cidadã no Sistema Prisional”, em 16 de junho de 2015 no Presídio Feminino do Distrito Federal - “Colméia” e em Goiás.
- Visita, nos dias 25 a 28 de Setembro de 2015, às seguintes unidades prisionais do Estado do Espírito Santo: Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP); Penitenciária Feminina de Cariacica; Complexo de Viana; Penitenciária de Segurança Máxima II (PSMA II); Penitenciária Agrícola de Viana – PAES; Penitenciária de Segurança Média I - Psme I; Complexo do Xuri; Penitenciária Estadual de Vila Velha I - PEVV I; Penitenciária Estadual de Vila Velha II - PEVV II; Penitenciária Estadual de Vila Velha V; Penitenciária Estadual de Vila Velha III – PEVVIII.
- Alteração da Resolução CNMP nº 20, de 28 de maio de 2013, para inserir o parágrafo único do art. 3º, por meio da Resolução nº 113/2014, para permitir a descentralização do

controle externo da atividade policial entre órgãos do Ministério Público.

- Criação de Grupo de Trabalho para elaborar formulários de visita técnica às repartições militares nos termos do art. 6º, § 1º, da Resolução 20/2007.
- Criação de Grupo de Trabalho composto por representantes do MPF, MPDFT, MPSP, MPRJ e MPMG, para elaboração de proposta de Resolução para implementação de regras mínimas de atuação do Ministério Público na investigação de mortes decorrentes de intervenção policial.
- Criação do Sistema de Registro de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial, a ser alimentado pelos ramos do Ministério Público dando concretude ao objetivo específico nº 7 do projeto “*O Ministério Público no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial*”.
- Realização do I Encontro Nacional do Ministério Público com Atuação nas Justiças Militares, em 11 de junho de 2015, na Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar – Brasília/DF.
- Implementação nacional dos formulários semestrais de visita técnica às delegacias e órgãos de perícia por meio do Sistema de Resoluções do CNMP, nos termos da Resolução nº 20/2007.
- Implementação nacional dos formulários trimestral e anual de visita técnica às repartições militares nos termos da Resolução nº 56/2010.
- Criação de Grupo de Trabalho constituído pela Portaria CNMP-PRESI nº 224, com o objetivo de elaborar formulário de inspeção das repartições da Polícia Militar.
- Cadastramento, no sistema CNMP, dos batalhões de Polícia Militar que seriam objeto de visita técnica prevista na Resolução CNMP nº 20/2007.
- Realização do I Encontro Nacional do Ministério Público para a tutela penal da Administração Municipal – Crimes praticados por Prefeitos, realizado na Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar – Brasília/DF, no dia 13 de agosto de 2015.
- Reunião da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, no dia 09 de setembro de 2015, com a participação do Dr. Alexandre Cionello, Assessor de Direitos Humanos da Anistia Internacional, e da Dra. Gabriela Peixoto, Ouvidora do DEPEN.
- Apresentação de minuta de Nota Técnica ao Plenário do CNMP em virtude da edição das Resoluções nº 1 e 2/2010, do Conselho Superior de Polícia, e da Resolução Conjunta nº 1/2015, desse órgão e do chamado Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, que estabelecem restrições ao exercício do controle externo da atividade policial pelo Ministério Público, de forma a subsidiar a atuação do Sr. Procurador-Geral da República no que tange à impugnação de tais normas

por inconstitucionalidade/ilegalidade.

- Aprovação, pelo Plenário do CNMP, da Resolução nº 129/2015, que estabelece as regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo da investigação dos casos de mortes decorrentes de intervenção policial.

- Realização do V Encontro Nacional de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial, nos dias 4 a 6 de novembro de 2015.

- Realização do VI Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional, nos dias 4 a 6 de novembro de 2015.

- Visita institucional do Presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, entre os dias 17 a 19 de novembro de 2015 ao Estado do Amazonas, com o objetivo divulgar, junto ao Ministério Público do Amazonas, iniciativas desta Comissão que dão cumprimento à Ação Nacional do Mapa Estratégico do MP brasileiro, abordando as seguintes temáticas: 1. O Exercício do Controle Externo da Atividade Policial - Novas diretrizes do CNMP; e 2. O MP no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial. Foram também visitados os seguintes estabelecimentos prisionais: **a)** Centro de Detenção Provisória Feminino, em Manaus-AM, no dia 19 de novembro de 2015; **b)** Instituto Penal Antônio Trindade – IPAT, em Manaus-AM, no dia 19 de novembro de 2015; **c)** Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa de Manaus-AM, no dia 19 de novembro de 2015. A referida visita teve a finalidade de se verificar a adequação de condições e procedimentos à legislação de regência, notadamente a Lei de Execução Penal, bem como à adoção de boas práticas que restabeleçam e mantenham o respeito aos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade, nas balizas postas na Constituição Federal.

- Visita institucional do Presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, entre os dias 9 e 10 de dezembro de 2015, ao Estado de São Paulo. A visita do Conselheiro teve o objetivo divulgar, junto a esse Ministério Público, iniciativas desta Comissão que dão cumprimento à Ação Nacional do Mapa Estratégico do MP brasileiro, abordando as seguintes temáticas: 1. O Exercício do Controle Externo da Atividade Policial - Novas diretrizes do CNMP; e 2. O MP no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial.

- Visita institucional de membro auxiliar da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, Samuel Miranda, entre os dias 2 e 3 de dezembro de 2015, ao Estado de Minas Gerais. A visita teve o objetivo conhecer o funcionamento do sistema de Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – APAC's, implantado no sistema prisional mineiro, a fim de que a Comissão possa disseminar as boas práticas adotadas naquele ambiente carcerário para outras unidades da Federação.

- Reunião da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, no dia 14 de dezembro de 2015, com a participação do Dr. Renato Campos Pinto de Vitto, Diretor do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN.

Dentre as principais realizações no ano de **2016**, encontram-se:

- Apresentação de proposta de Nota Técnica sobre o Projeto de Lei nº 3.722/2012, em trâmite na Câmara dos Deputados, que flexibiliza as regras Estatuto do Desarmamento, sobretudo quanto à aquisição e porte de armas de fogo e analisando os possíveis e preocupantes reflexos sobre a tutela da segurança pública, objeto de atuação desta Comissão do CNMP, que resultou na aprovação, pelo Plenário do CNMP, da Nota Técnica nº 09/2016.

- Apresentação de Proposta de Recomendação, que visa dispor sobre a necessidade de observância, pelos membros do Ministério Público, dos artigos 126 a 129 da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal – LEP), que possibilitam a chamada remição de pena, para que também fomentem ações voltadas ao oferecimento de cursos e disponibilização de livros às pessoas privadas de liberdade.

- Apresentação de Proposta de Recomendação sobre aprimoramento das rotinas das inspeções ordinárias dos membros do *parquet* às repartições policiais, civis e militares, órgãos de perícia técnica e aquartelamentos militares existentes em sua área de atribuição, através da descentralização do controle externo e vinculação, entre as diversas Promotorias de Justiça com atribuição criminal, das atribuições para a fiscalização/inspeções de unidades policiais específicas.

- Instituição de Grupo de Trabalho (Portaria CNMP-PRESI nº 42 de 11 de abril de 2016) para discussão de minuta de recomendação sobre o controle do MP sobre as detenções policiais informais; controle externo das Guardas Municipais; e aprimoramento dos formulários de visita técnica de controle externo.

- Início das tratativas junto à Secretaria de Tecnologia da Informação – STI do CNMP para o desenvolvimento da ferramenta BI (*business intelligence*), para melhor análise dos dados do Sistema de Resoluções e do SIP-MP e eventual disponibilização de consulta direta pelos interessados de tais informações. Realizadas reuniões periódicas para o acompanhamento dos estágios de elaboração da ferramenta.

- Implantação de adaptações promovidas pela CSP de modo a viabilizar a uniformização das inspeções prisionais militares, tanto federais quanto estaduais, com a adaptação do relatório respectivo e do sistema do CNMP, de modo a abranger também as organizações militares estaduais e do DF com instalações prisionais.

- Implementação, em março de 2016, dos novos formulários de inspeção às

unidades prisionais, com periodicidade trimestral e anual, nos termos da nova redação da Resolução CNMP nº 56/2010.

- Consolidação e gerenciamento do Sistema de Registro de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial, alimentado pelos ramos do Ministério Público dando concretude ao objetivo específico nº 7 do projeto “*O Ministério Público no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial*” e Resolução CNMP nº 128/2015.

- Implementação nacional dos formulários de visita técnica aos batalhões de Polícia Militar, previstos na Resolução CNMP nº 20/2007.

- Realização de reunião, em 14 de março de 2016, da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, com a presença dos conselheiros Antônio Pereira Duarte, Gustavo do Vale Rocha, Fábio George, Fábio Stica, Esdras Dantas, Otávio de Brito Lopes. Compareceram ainda o Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, Mario Bonsaglia, o Procurador da República Marcelo Godoy, os Membros Auxiliares Samuel Miranda Colares e Jorge Augusto Caetano de Farias, e a Membro Colaboradora Andrezza Duarte Cançado.

- Realização, em 10 de agosto de 2016, da segunda reunião do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria-PRESI-CNMP nº 42, de 11 de abril de 2016 e alterado pela Portaria CNMP-PRESI nº 86, de 2 de agosto de 2016, com o objetivo de analisar as sugestões de aprimoramento dos relatórios de inspeção de repartições policiais, civis e militares, órgãos de perícia técnica e aquartelamentos militares, apresentadas pelos Ministérios Públicos estaduais e Federal.

- Realização, em 19 de setembro de 2016, da terceira reunião do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria-PRESI-CNMP nº 42, de 11 de abril de 2016 e alterado pela Portaria CNMP-PRESI nº 86, de 2 de agosto de 2016, com o objetivo de analisar as demais sugestões de aprimoramento dos relatórios de inspeção de repartições policiais, civis e militares, órgãos de perícia técnica e aquartelamentos militares, apresentadas pelos Ministérios Públicos estaduais e Federal.

- Realização, nos dias 20 e 21 de setembro de 2016, do VII Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional e do VI Encontro Nacional do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial – 2016, que promoveu debates sobre variados temas entre membros do Ministério Público de todo Brasil.

- Realização, nos dias 22 e 23 de setembro de 2016, de Curso sobre o método APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados no 7º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público, na temática sobre sistema prisional humanizado.

- Realização, nos dias 10 e 11 de novembro de 2016, do II Encontro Nacional do Ministério Público com atuação na Justiça Militar, na sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar em Brasília/DF.

- Realização, em 21 de novembro de 2016, da quarta e última reunião do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria-PRESI-CNMP nº 42, de 11 de abril de 2016, alterado pela Portaria CNMP-PRESI nº 86, de 2 de agosto de 2016 e prorrogado pela Portaria CNMP-PRESI nº 131, de 10 de outubro de 2016, com o objetivo de analisar e consolidar todas as sugestões de aprimoramento dos relatórios de inspeção de repartições policiais, civis e órgãos de perícia técnica apresentadas pelos Ministérios Públicos estaduais e Federal.

- Realização, em 23 de novembro de 2016 de reunião do Presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública com representantes da Pastoral Carcerária Nacional - CNBB. Participaram da reunião o Dr. Antônio Pereira Duarte, Conselheiro Nacional Presidente da CSP, o Dr. Jorge Augusto Caetano de Farias, Membro Auxiliar da CSP; o Padre Valdir João Silveira, Coordenador Nacional da Pastoral Carcerária; Dr. Paulo Malvezzi, Assessor Jurídico Nacional da Pastoral Carcerária; o Padre Gianfranco Graziola, Vice-Coordenador Nacional da Pastoral Carcerária; e o Padre frei Nonato Ferreira, Coordenador-Geral da Pastoral Carcerária de Brasília/DF. A reunião teve por escopo principal a apresentação e entrega formal do relatório “Tortura em tempos de encarceramento em massa”, produzido pela Pastoral, e que trouxe o resultado do acompanhamento de mais de uma centena de denúncias de tortura, com análise da atuação do Sistema de Justiça, incluindo a do Ministério Público, para juntada ao Procedimento Interno de Comissão – PIC nº 0.00.000.000457/2016-90, em trâmite na CSP, que visa apurar as denúncias de inércia de membros do MP nos casos de tortura relacionados pela Pastoral.

- Lançamento, em 13 de dezembro de 2016, da 2ª Edição do relatório “A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro”, que agrega os dados colhidos por promotores de Justiça e procuradores da República em regulares inspeções carcerárias realizadas em 2014 e 2015. O lançamento foi realizado durante a 24ª Sessão Ordinária de 2016.

- Publicação, em dezembro de 2016, do relatório com os registros das mortes decorrentes de intervenção policial, anos 2015 e 2016, dando concretude ao objetivo específico nº 7 do projeto “*O Ministério Público no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial*”.

- Visita institucional, em 19 de dezembro de 2016, dos conselheiros integrantes da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Eixo Social do Projeto “Cidadania nos Presídios”: o Escritório Social, em Vitória/ES, que é um dos eixos do programa Cidadania nos Presídios, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), implantado de forma pioneira no Espírito Santo.

Dentre as principais realizações de **2017**, encontram-se:

- Providências para a publicação, no ano de 2017, da 1ª Edição do relatório “A Visão do Ministério Público sobre o Controle Externo da Atividade Policial”. Trata-se de uma compilação de dados estatísticos sobre as condições das delegacias brasileiras, tomando por base os formulários enviados pelo Sistema de Resoluções (Resolução CNMP nº 20/2007).
- Apresentação de proposta de Recomendação sobre a necessidade do Membro do Ministério Público com atribuições afetas às Execuções Criminais e ao Controle Externo da Atividade Policial, comparecer, quando de rebeliões, às unidades prisionais e carceragens policiais, ressalvado risco a sua segurança pessoal
- Instituição de Grupo de Trabalho (Portaria-PRESI-CNMP nº 160, de 12 de dezembro de 2016), com o objetivo de empreender estudos tendentes a subsidiar a atuação do CNMP no aprimoramento dos formulários da Resolução CNMP nº 56/2010, com reuniões realizadas em fevereiro e maio.
- Instituição de Grupo de Trabalho com o objetivo de empreender estudos tendentes a subsidiar a atuação deste CNMP na definição de termos de proposta de resolução para o aperfeiçoamento da atuação do MP em casos de mortes de policiais em serviço, com primeira reunião agendada para 31 de julho de 2017.
- Acompanhamento da solicitação feita à Secretaria de Tecnologia da Informação do CNMP de desenvolvimento da ferramenta BI (*business intelligence*), para melhor análise dos dados do Sistema de Resoluções e do SIP-MP e eventual disponibilização de consulta direta pelos interessados de tais informações. Realizadas reuniões periódicas para o acompanhamento dos estágios de elaboração/troca da ferramenta.
- Implementação de adaptações promovidas pela CSP de modo a viabilizar a uniformização das inspeções prisionais militares, tanto federais quanto estaduais, com a adaptação do relatório respectivo e do sistema do CNMP, de modo a abranger também as organizações militares estaduais e do DF com instalações prisionais.
- Realização de reunião, em sete de março, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília/DF, entre conselheiros da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública e os membros do Ministério Público do Estado do Espírito Santo – MP/ES, representantes do Comitê de Gestão de Crise na Segurança Pública Estadual – CGCS, em virtude da crise na segurança pública deflagrada naquele Estado.
- Realização, em 6 de abril de 2017, em São Paulo/SP, do II Encontro Nacional



do Ministério Público para a Tutela Penal da Administração Municipal – Crimes Praticados por Prefeitos, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público de São Paulo.

- Reunião da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, no dia 26 de abril de 2017, ocasião em que o membro colaborador Lincoln Gakyia, promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, lotado no Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (GAECO), fez exposição sobre o tema “Evolução do crime organizado no Brasil: novas perspectivas”.

- Realização, nos dias 28 e 29 de junho de 2017, do III Encontro Nacional do Ministério Público com atuação na Justiça Militar, na Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar – Brasília/DF.

- Realização, nos dias 1 e 2 de agosto de 2017, do VIII Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional e do VII Encontro Nacional do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial, que promoveu debates sobre variados temas entre membros do Ministério Público de todo Brasil.

- Realização, nos dias 3 e 4 de agosto de 2017, de Curso sobre “Gestão da Produção em Promotorias de Justiça – Transformando o Planejamento Estratégico dos Ministérios Públicos em Realidade para as Presentes e Futuras Gerações” e de Palestra com o tema “Eficiência e Atuação Resolutiva”, ambos no 8º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

- Implementação dos novos Formulários de Visitas Técnicas às Delegacias de Polícia Civil Estaduais, Institutos de Perícia Criminal Estaduais, Institutos de Medicina Legal Estaduais, aprovados pelos conselheiros da CSP, após conclusão dos trabalhos de Grupo de Trabalhos instituído para este fim.

- Previsão de publicação, para dezembro de 2017, do segundo relatório com os registros das mortes decorrentes de intervenção policial, ano 2017, dando concretude ao objetivo específico nº 7 do projeto “*O Ministério Público no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial*”.

- Instituição de Grupo de Trabalho com a finalidade de empreender estudos tendentes a subsidiar a atuação deste CNMP na definição de termos de proposta de resolução para o aperfeiçoamento da atuação do MP em casos de mortes de policiais em serviço, com primeira reunião agendada para dia 31 de julho de 2017.